
ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM PREFERÊNCIA
(QUIROGRAFÁRIA), EM SÉRIE ÚNICA, DA ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

ENTRE

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.

E

PENTÁGONO S/A DTVM

DATADO DE 20 DE MAIO DE 2009



**ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM
PREFERÊNCIA (QUIROGRAFÁRIA), EM SÉRIE ÚNICA, DA ULTRAPAR
PARTICIPAÇÕES S.A.**

Pelo presente instrumento particular:

- i. ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A., sociedade anônima, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, à Av. Brig. Luís Antônio, 1.343, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.256.439/0001-39, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada “Emissora”); e
- ii. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida das Américas nº 4.200 - Bloco 4 - Sala 514, inscrita no CNPJ/MF sob nº 17.343.682/0001-38, representando os debenturistas adquirentes das Debêntures objeto da presente emissão (“Debenturistas”), neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada “Agente Fiduciário”), vêm por esta e na melhor forma de direito firmar a presente ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM PREFERÊNCIA (QUIROGRAFÁRIA), EM SÉRIE ÚNICA, DA ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A. (doravante denominada “Escritura”), contendo as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

A presente Emissão foi autorizada na Reunião do Conselho de Administração da Emissora realizada em 13 de maio de 2009, nos termos do Artigo 59, § 1º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada (“Lei das S.A.”), na qual foi aprovada a realização da presente Emissão (“RCA”).

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A 3ª emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie sem garantia nem preferência (quirografária), em série única, (doravante denominada “Emissão”), para distribuição nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009 (“Instrução CVM nº 476”), será feita com observância dos seguintes requisitos:



2.1. Arquivamento e Publicação da Deliberação

A ata da RCA que deliberou sobre a presente Emissão será arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Valor Econômico.

2.2. Inscrição da Escritura

A Escritura e seus eventuais aditamentos serão inscritos na Junta Comercial do Estado de São Paulo, conforme disposto no artigo 62 da Lei das S.A.

2.3. Registro na CVM e na ANBID

A Emissão está automaticamente dispensada de registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), tendo em vista que a colocação das Debêntures junto aos investidores será feita por meio da utilização de esforços restritos, nos termos do Art. 6º da Instrução CVM nº 476. A Emissão será, se for o caso, registrada na Associação Nacional dos Bancos de Investimento - ANBID ("ANBID"), nos termos do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários ("Código ANBID").

2.4. Registro para Colocação e Negociação

2.4.1. As Debêntures da Emissão ("Debêntures") serão registradas (a) para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo as Debêntures custodiadas e a subscrição liquidada pela CETIP e (b) para negociação, no mercado secundário por meio (i) do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP; e/ou (ii) do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX"), administrado pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BOVESPA"), sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia ("CBLC").

2.4.2. Os Debenturistas que subscreverem as Debêntures não poderão negociá-las no mercado secundário, ou junto a terceiros, pelo prazo de 90 (noventa) dias contados da sua subscrição ou aquisição, conforme disposto no artigo 13 da Instrução CVM nº 476.

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

As Debêntures terão as seguintes características e condições:

3.1. Número da Emissão

A presente Escritura constitui a 3ª Emissão de Debêntures da Emissora.

4.

✓



3.2 Montante Total da Emissão

O valor da Emissão é de até R\$ 1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais) na data de Emissão.

3.3. Preço de Subscrição

O preço de subscrição das Debêntures será o seu valor nominal unitário, acrescido da Remuneração, conforme definida nesta Escritura, calculado *pro rata temporis* desde a data de Emissão até a data da efetiva subscrição ("Preço de Subscrição"). A integralização será à vista, no ato da subscrição.

3.4. Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única ("Série Única").

3.5 Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, exclusivamente junto a investidores qualificados (conforme definido no artigo 2º. da Instrução CVM nº 476), sob o regime de garantia firme, com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, por meio do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP.

Para fins da Instrução CVM nº 476, são considerados investidores qualificados aqueles referidos no artigo 109 da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004.

As Debêntures somente poderão ser ofertadas a, no máximo, 50 (cinquenta) investidores qualificados, e subscritas ou adquiridas por, no máximo 20, (vinte) investidores qualificados.

3.6 Limite de Emissão

3.6.1. A Emissão atende aos limites previstos no artigo 60 da Lei das S.A., uma vez que o capital social da Emissora é de R\$ 3.696.772.957,32 (três bilhões, seiscentos e noventa e seis milhões, setecentos e setenta e dois mil, novecentos e cinquenta e sete reais e trinta e dois centavos).

3.7 Banco Mandatário e Banco Escriurador

3.7.1. O banco mandatário e banco escriturador das Debêntures da Emissão será o Banco Bradesco S.A. ("Banco Mandatário").

5.



3.8 Destinação dos Recursos

3.8.1 Os recursos obtidos pela Emissora com a presente emissão serão destinados ao pagamento das 120 (cento e vinte) Notas Promissórias de emissão da Emissora e que estão no mercado, sob o registro na CVM (CVM/SRE/RNP/2008/042), em série única, com valor nominal unitário de R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais), perfazendo o total de R\$1.200.000.000,00 (um bilhão e duzentos milhões de reais).

3.9. Objeto Social da Emissora

3.9.1 De acordo com o Art. 3º do seu Estatuto Social, o objeto social da Emissora compreende a aplicação de capitais próprios no comércio, na indústria e na agricultura e em empresas de prestação de serviços, mediante a subscrição ou aquisição de ações ou quotas de sociedades.

CLÁUSULA IV – CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1. **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a Data da Emissão das Debêntures será a data da primeira subscrição e efetiva integralização das Debêntures.

4.1.2 **Conversibilidade, Tipo e Forma:** Simples, não conversíveis em ações e escriturais.

4.1.3 **Espécie:** As Debêntures serão da espécie sem garantias nem preferência (quirografárias).

4.1.4 **Prazo e Data de Vencimento:** Para todos os efeitos legais, as Debêntures terão prazo de vencimento de 1080 (mil e oitenta) dias, a contar da Data da Emissão (“Data de Vencimento”).

4.1.5 **Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão.

4.1.6 **Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 1.200 (mil e duzentas) Debêntures.

4.2. Remuneração

4.2.1 Atualização

O valor nominal não será atualizado.

4.

✓



4.2.2. Juros

As Debêntures farão jus a uma remuneração que contemplará juros remuneratórios, a partir da Data de Emissão, incidentes sobre o valor nominal unitário não amortizado da Debênture, a serem pagos ao final de cada período de capitalização (“Período de Capitalização”), de acordo com a fórmula abaixo. A taxa de juros aplicável às Debêntures será correspondente à variação acumulada das taxas médias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de 01 (um) dia, “extra grupo” (“Taxa DI”), expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP, no Informativo Diário, disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida exponencialmente de um spread de 3,00% ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“Acréscimo sobre a Taxa DI”, sendo a Taxa DI e o Acréscimo sobre a Taxa DI, em conjunto, referidos como “Remuneração”). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal não amortizado das Debêntures desde a Data de Emissão, ou da data de vencimento do último Período de Capitalização, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento, de acordo com a fórmula a seguir:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = Valor unitário da Remuneração devida no final de cada período de capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Vne = Valor nominal unitário da Debênture no início do período de capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de spread calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

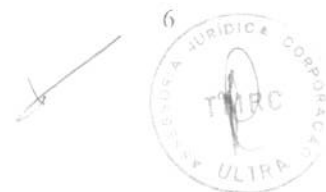
Fator DI = Produtório das taxas DI Over com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;

$$Fator DI = \prod_{k=1}^n (1 + TDI_k)$$

onde:

n = Número total de taxas DI Over consideradas em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

4.



TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento;

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

dk = Número de dias úteis correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over, sendo "dk" um número inteiro;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]^{\frac{DP}{DT}} \right\}$$

Onde

Spread = spread ou sobretaxa de 3,00% ao ano;

n = número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT = número de dias úteis entre o último e o próximo evento, sendo DT um número inteiro;

DP = número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo DP um número inteiro.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.



A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela entidade responsável pelo seu cálculo.

Define-se “Período de Capitalização” como sendo o intervalo de tempo que se inicia na data da emissão, no caso do primeiro, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, no caso dos demais, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. Os juros correspondentes aos períodos de capitalização serão devidos anualmente, sendo o primeiro pagamento no primeiro aniversário anual da data de emissão e os demais nos respectivos aniversários anuais, até a data de vencimento.

4.2.3. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida acrescida do spread, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.2.4. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 20 (vinte) dias após esta data, ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas para definir, de comum acordo com a Emissora, o parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta cláusula, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do spread, até a data da deliberação da Assembléia Geral de Debenturistas.

4.3 Amortização

As Debêntures da presente Emissão serão amortizadas em uma única parcela na data de vencimento final das Debêntures.

4.4 Pagamento da Remuneração

Os valores relativos à Remuneração das Debêntures deverão ser pagos anualmente, sendo o primeiro pagamento no primeiro aniversário anual da data de emissão e os demais nos respectivos aniversários anuais, até a data de vencimento, inclusive.

4.5. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados no mesmo dia de seu vencimento utilizando-se os procedimentos adotados (i) pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; ou (ii) pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX; ou (iii) para os titulares de Debêntures que não estejam vinculados a esses sistemas, por meio do Banco Mandatário e Escriturador da presente Emissão.



4.6. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou quando ocorrer algum problema operacional envolvendo os sistemas operados pelas câmaras de compensação e de liquidação.

4.7. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.8 Decadência dos Direitos de Acréscimos

Sem prejuízo do disposto no item 4.7 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará o direito ao recebimento de remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.9 Prazo, Forma de Integralização e Subscrição

4.9.1 As Debêntures serão subscritas pelo seu valor nominal unitário acrescido da Remuneração, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de subscrição. As Debêntures deverão ser integralizadas à vista em moeda corrente nacional, no prazo de até 60 (sessenta) dias corridos, contado da data desta Escritura.

4.10 Repactuação

Não haverá repactuação das Debêntures.

4.11. Publicidade

Todos os atos e decisões destinados aos Debenturistas deverão ser obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no jornal Valor Econômico, no boletim oficial da bolsa de valores ou entidade de mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures e através da rede mundial de computadores da Emissora (www.ultrapar.com.br), devendo a Emissora avisar, antecipadamente, o Agente Fiduciário da realização de qualquer publicação.

4.

4



4.12. Certificados de Debêntures

A Emissora não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando estes títulos estiverem depositados no SND. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido, pela CBLC, extrato de custódia em nome do Debenturista, que igualmente servirá como comprovante de titularidade das Debêntures.

4.13 Liquidez e Estabilização

Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.14. Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

CLÁUSULA V – ADITAMENTO À PRESENTE ESCRITURA DE EMISSÃO

5.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura deverão ser firmados pela Emissora e pelo Agente Fiduciário e posteriormente arquivados na Junta Comercial de São Paulo.

CLÁUSULA VI – AQUISIÇÃO FACULTATIVA E RESGATE ANTECIPADO

6.1 A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, por preço não superior ao seu valor nominal unitário acrescido da Remuneração calculado *pro rata temporis*, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das S.A.. O Conselho de Administração da Emissora terá poderes para aprovar o cancelamento, a qualquer momento, das Debêntures que porventura se encontrarem em tesouraria.

6.2 A Emissora poderá, a qualquer tempo, mediante prévia comunicação em no mínimo 48 (quarenta e oito) horas antes da data de resgate, resgatar, antecipadamente, total ou parcialmente, as Debêntures em circulação ("Resgate Antecipado"), observado o pagamento dos seguintes prêmios de resgate, incidente sobre o valor de resgate (valor atualizado até a data de resgate):



- 1% (um por cento), se a comunicação para solicitação de Resgate Antecipado ocorrer até 360 dias (inclusive) da data de subscrição das Debêntures;
- 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento), se a comunicação para solicitação de Resgate Antecipado ocorrer no período compreendido entre 360 dias (exclusive) e 720 dias (inclusive) da data de subscrição das Debêntures;
- 0,50% (cinquenta centésimos por cento), se a comunicação para solicitação de Resgate Antecipado ocorrer no período compreendido entre 720 dias (exclusive) e 900 dias (inclusive) da data de subscrição das Debêntures; e
- 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento), se a comunicação para solicitação de Resgate Antecipado ocorrer após 900 dias (exclusive) da data de subscrição das Debêntures.

6.2.1 Na hipótese de resgate antecipado parcial, o mesmo deverá ser realizado (i) para as Debêntures registradas na CBLIC, conforme os procedimentos adotados pela CBLIC, e (ii) para as Debêntures registradas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de “Operação de compra e venda definitiva no mercado secundário” sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturistas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

CLÁUSULA VII – VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Vencimento Antecipado

São considerados eventos de vencimento antecipado das Debêntures desta Emissão, acarretando, observado o disposto nos itens 7.2 e 7.3 abaixo, a imediata exigibilidade do pagamento, pela Emissora, do valor nominal unitário de cada Debênture, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última data de pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, quaisquer dos seguintes eventos:

- (a) mudança do controle acionário direto ou indireto da Emissora;
- (b) apresentação de pedido de recuperação judicial ou extrajudicial pela Emissora e/ou pelos seus acionistas controladores diretos ou indiretos a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido obtida a homologação judicial ou o deferimento do processamento ou a sua concessão;

5.

✓



(c) liquidação, dissolução ou decretação de falência da Emissora e/ou de seus acionistas controladores diretos ou indiretos e controladas;

(d) apresentação de pedido de auto-falência da Emissora; e

(e) não pagamento do principal e/ou da remuneração devida às Debêntures nas respectivas datas de vencimento.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (b), (c), (d) e (e) do item 7.1. acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures, independentemente de qualquer aviso ou notificação, observado o parágrafo único do artigo 13 da Instrução CVM nº 28.

7.3 Quando da ocorrência do evento indicado no subitem (a) do item 7.1. acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula X abaixo.

7.3.1 Na hipótese de (i) não convocação da Assembleia de Debenturistas mencionada no item 7.3; ou (ii) não instalação da Assembleia de Debenturistas mencionada no item 7.3. por falta de quorum, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos do item 7.1. acima.

CLÁUSULA VIII – OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

8.1 Observadas as demais obrigações previstas nesta Escritura, até o pagamento integral das Debêntures, a Emissora obriga-se, ainda, a:

- (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das S.A. e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
- (d) manter os documentos mencionados na letra “c” acima, em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;

4.

✓



- (e) observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação (“Instrução CVM nº 358”);
- (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante conforme definido pelo artigo 2º da Instrução nº 358;
- (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- (h) notificar seus acionistas controladores (conforme definidos no artigo 116 da Lei das S.A.), do fato de que os mesmos serão responsáveis, juntamente com a própria Emissora e seus administradores, pelo cumprimento das obrigações previstas nesta cláusula; e
- (i) fornecer ao Agente Fiduciário:
 - (i) após o término de cada exercício social, dentro do prazo legalmente estabelecido, cópia de suas demonstrações financeiras completas consolidadas relativas ao exercício social então encerrado, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
 - (ii) dentro de 10 (dez) dias úteis, qualquer informação que, razoavelmente, lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário, a fim de que este possa cumprir as suas obrigações nos termos desta Escritura e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 (“Instrução CVM nº 28”);
 - (iii) cópia das informações periódicas e eventuais pertinentes à Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1993 (“Instrução CVM n.º 202”), com a mesma periodicidade prevista para o envio dessas informações à CVM; e
 - (iv) as informações financeiras e informações sobre os atos societários da Emissora necessários para a elaboração do relatório mencionado na letra “g” da Cláusula 9.4 da presente Escritura.

CLÁUSULA IX - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

9.1 Nomeação

A Emissora constitui e nomeia Agente Fiduciário da Emissão objeto desta Escritura, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo

4.

✓



desta Escritura, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas.

9.2 Declaração

O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura, declara, sob as penas da lei:

- (a) não ter qualquer impedimento legal, conforme artigo 66, parágrafo 3º da Lei das S.A. e o artigo 10 da Instrução da CVM nº 28, para exercer a função que lhe é conferida;
- (b) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (c) aceitar integralmente a presente Escritura, todas as suas cláusulas e condições;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (e) estar ciente da circular nº 1.832, de 31 de outubro de 1990, do Banco Central do Brasil;
- (f) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo satisfeito todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) não se encontrar em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28;
- (h) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (i) que esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (j) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (k) que verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura; e,
- (l) que verificou a observância, pela escritura, dos limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das S.A., conforme disposto no item 3.7 da presente Escritura.

9.3 Substituição

9.3.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será

9.

✓



realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem a totalidade das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, observado o prazo de 15 (quinze) dias para a primeira convocação e 8 (oito) dias para a segunda convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo Agente Fiduciário. A remuneração do novo Agente Fiduciário será determinada, observado o disposto no item 9.3.7 abaixo.

9.3.2. Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

9.3.3. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a distribuição das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia especialmente convocada para esse fim. A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à Emissora e à manifestação da CVM acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM n.º 28, eventuais normas posteriores.

9.3.4. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura.

9.3.5. Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

9.3.6. O Agente Fiduciário iniciará o exercício de suas funções na data da presente Escritura ou de eventual aditamento relativo à substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a data de vencimento das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

9.3.7. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o Agente Fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços por ele prestados.

9.4 Deveres

Sem prejuízo de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM, ou nesta Escritura, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

4

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) convocar, quando necessário, a Assembléia Geral de Debenturistas mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, respeitadas outras regras relacionadas à publicação, constantes da Lei das S.A. e desta Escritura;
- (f) comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (g) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, §1º, alínea "b", da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as informações abaixo relacionadas:
- (1) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora;
 - (2) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (3) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
 - (4) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (5) aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (6) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (7) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura;
 - (8) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário; e

4.

X



(9) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração.

(h) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea "g" acima aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:

(1) na sede da Emissora;

(2) no seu escritório, ou quando instituição financeira, no local por ela indicado;

(3) na CVM;

(4) na bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures; e

(5) na sede da instituição intermediária líder responsável pela colocação das Debêntures;

(i) publicar, nos órgãos da imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea "h";

(j) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário e à CETIP;

(k) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer; e

(l) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada:

(1) à CVM; e

(2) à bolsa de valores ou entidade do mercado de balcão organizado em que forem negociadas as Debêntures.

(m) monitorar a ocorrência dos eventos previstos no item 7.1 da Cláusula VII acima e informar imediatamente aos Debenturistas a ocorrência de qualquer dos referidos eventos;

(n) promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, o registro de eventuais aditamentos à esta Escritura; e

5.

✓



(o) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias.

9.5 Atribuições Específicas

9.5.1 Em caso de qualquer inadimplemento, o Agente Fiduciário utilizará quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos devendo, para tanto:

(a) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;

(b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;

(c) requerer a falência da Emissora, se assim necessário e cabível; e

(d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.

9.6 Remuneração

9.6.1. Será devido ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga da seguinte forma:

(a) parcelas trimestrais de R\$4.660,00 (quatro mil, seiscentos e sessenta reais). A primeira parcela deverá ser paga no 5º dia útil após a data de Emissão e as seguintes no mesmo dia dos trimestres subsequentes;

(b) o Agente Fiduciário deverá enviar aviso de cobrança da remuneração à Emissora com antecedência mínima de 5 (cinco) dias da data de cada pagamento, sendo que, se a Emissora não receber referido aviso dentro do prazo acima, os pagamentos eventualmente efetuados com atraso, em razão do não recebimento, pela Emissora, de referido aviso, não estarão sujeitos a multas ou penalidades;

(c) em caso de inadimplemento financeiro pela Emissora, será devida ao Agente Fiduciário uma remuneração adicional equivalente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado a atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora, para assessoria aos Debenturistas em processo de renegociação de suas condições, requerido pela Emissora, bem como para (i) comparecimento em reuniões formais com Emissora e/ou Debenturistas e Assembleias Gerais de Debenturistas; e (ii) implementação das conseqüentes decisões tomadas pelos Debenturistas;

✓



(d) as remunerações previstas nos itens anteriores serão devidas mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora;

(e) as remunerações não incluem as despesas com publicações, transporte, alimentação, viagens e estadias necessárias ao exercício da função de Agente Fiduciário, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas faturas emitidas diretamente em seu nome, ou reembolso, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente despesas com especialistas, caso sejam necessários, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal à Emissora;

(f) as parcelas citadas nos itens “a” e “c” supra, serão reajustadas anualmente pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, calculadas “*pro-rata die*”, se necessário;

(g) em caso de inadimplência da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 60 (sessenta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

(h) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, sem prejuízo da atualização monetária; e,

(i) as remunerações serão acrescidas dos seguintes impostos: impostos sobre serviços de qualquer natureza (ISS ou outros), IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), Cofins, e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

5.

✓



9.7 Despesas

9.7.1. A Emissora, e, conforme aplicável, os Debenturistas, ressarcirá(-ão) o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis em que ele tenha comprovadamente incorrido, para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, ou para realizar seus créditos, desde que tais despesas tenham sido previamente comunicadas à Emissora.

9.7.2. O ressarcimento, a que se refere este item, será efetuado em até 7 (sete) dias úteis contados da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas e necessárias à proteção dos direitos dos titulares das Debêntures.

9.7.3. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, as seguintes:

(a) publicação de relatórios, avisos e notificações conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) extração de certidões;

(c) locomoções entre Estados, e respectivas hospedagens, quando necessárias ao desempenho das funções;

(d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

9.7.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenham sido saldados na forma do item 9.7.2 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

9.7.5. Se qualquer quantia devida aos Debenturistas em virtude desta Escritura for paga por meio de ação judicial ou sua cobrança for feita através de advogados, a Emissora deverá pagar, em complemento a todos os valores devidos previstos nesta Escritura e relativos às Debêntures, honorários advocatícios e outras despesas e custas incorridas devido a tal cobrança.

CLÁUSULA X – ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

À Assembléia Geral de Debenturistas aplicar-se-á o disposto no artigo 71 da Lei das S.A.



10.1. Convocação

10.1.1 A Assembléia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou pelos Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

10.1.2. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

10.1.3. As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas em prazo mínimo de 15 (quinze) dias, contados da data da primeira publicação da convocação. A Assembléia Geral de Debenturista em segunda convocação somente poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembléia Geral de Debenturistas em primeira convocação.

10.1.4. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembléia ou do voto proferido na respectiva Assembléia Geral de Debenturistas.

10.1.5. Independentemente dos procedimentos acima dispostos, será considerada regular a Assembléia Geral dos Debenturistas em que comparece a totalidade dos titulares dos Debenturistas.

10.2. Quórum de Instalação

10.2.1. A Assembléia se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação, conforme definido na Cláusula 10.2.2 abaixo e, em segunda convocação, com qualquer quorum.

10.2.2. Para os efeitos da presente Escritura, consideram-se Debêntures em Circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas de propriedade do acionista controlador, de diretores, de conselheiros de administração, as mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora, direta ou indiretamente ("Debêntures em Circulação").

10.3. Mesa diretora

A presidência da Assembléia caberá ao Debenturista eleito pelos titulares das Debêntures ou àquele que for designado pela CVM. O papel de secretário da assembleia será do Agente Fiduciário, estando este encarregado da redação da ata da Assembléia.



10.4. Quórum de Deliberação

10.4.1. Nas deliberações da assembléia, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto se de outra forma disposto nesta Escritura, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por Debenturistas que representem no mínimo 75% (setenta e cinco por cento) do total das Debêntures em Circulação, observado que alterações na Remuneração e/ou garantias e/ou Prazos de Vencimento, Repactuação, Resgate ou Amortização das Debêntures e/ou dispositivos sobre quorum previstos nesta Escritura deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA XI - DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

A Emissora declara e garante ao Agente Fiduciário, na data da assinatura da Escritura, que:

(a) é uma sociedade anônima devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital aberto de acordo com as leis brasileiras;

(b) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto, e a celebração desta Escritura e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte;

(c) a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora; e,

(d) esta Escritura e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições.

CLÁUSULA XII - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais serem encaminhados até cinco dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo Correio ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:



Para a Emissora:

Ultrapar Participações S.A.
Av. Brig. Luís Antonio, 1343, 9º Andar CEP: 01317-001
At. André Covre
Telefone: 55 11 3177 6695
Fac-símile: 55 11 3177 6107
E-mail: andre.covre@ultra.com.br

c/c: Sandra López Gorbe
Telefone: 55 11 3177 6614
Fac-símile: 55 11 3177 6107
E-mail: sandra.gorbe@ultra.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Pentágono S/A DTVM
Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4, Sala 514
22640-102 Rio de Janeiro, RJ

At.: Sr. Marcelo da Costa Ribeiro
Telefone: (21) 3385-4565
Fax-símile: (21) 3385-4046
E-mail: marcelo@pentagonotrustee.com.br/pentagono@pentagonotrustee.com.br

Para a instituição responsável pelos serviços de Banco Mandatário e Instituição Depositária:

Banco Bradesco S.A.
Av. Yara, S/N - Cidade de Deus - Prédio Amarelo - 2º Andar
Osasco - SP
CEP 06029-900
At.: Sr. José Donizetti de Oliveira
Telefone: (11) 3684-3749
E-mail: bradescocustodia@bradesco.com.br/4010.donizetti@bradesco.com.br

Para a CETIP:

Rua Libero Badaró, 425 – 24º Andar
São Paulo, SP CEP 01009-000
Tel: 3111-1400
Fax: 3111-1563

Para a CBLC:

Rua XV de Novembro, 275
São Paulo, SP CEP 01013-001
Tel: 3233-2178 / 2261



12.2. Renúncia

Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3 Irrevogabilidade

Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando a Emissora, o Agente Fiduciário, a Garantidora e seus sucessores a qualquer título.

12.4 Independência

Caso qualquer das disposições desta Escritura venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se a Emissora e o Agente Fiduciário, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

12.5 Título Executivo

A Presente Escritura e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas a execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil.

12.6. Lei Aplicável

Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.7. Foro

Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo dirimir quaisquer controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento aqui previstas, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

São Paulo, 20 de maio de 2009

5.

✓




[PÁGINA DE ASSINATURA DA ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM PREFERÊNCIA (QUITOGRAFÁRIA), EM SÉRIE ÚNICA, DA ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.,
CELEBRADA EM 20 DE MAIO DE 2009]

ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.



Nome: MARCELLO DE SIMONE

Cargo: PROCURADOR


Nome: ROBERTO KUTSCHAJ NETO
Cargo: PROCURADOR

[PÁGINA DE ASSINATURA DA ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM PREFERÊNCIA (QUIROGRAFÁRIA), EM SÉRIE ÚNICA, DA ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A., CELEBRADA EM 20 DE MAIO DE 2009]

PENTÁGONO S/A DTVM

Nome: 
Cargo: **Mauricio da Costa Ribeiro**

Nome: _____
Cargo: _____

[PÁGINA DE ASSINATURA DA ESCRITURA DA 3ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA
ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM PREFERÊNCIA (QUITOGRAFÁRIA), EM SÉRIE ÚNICA, DA ULTRAPAR PARTICIPAÇÕES S.A.,
CELEBRADA EM 20 DE MAIO DE 2009]

TESTEMUNHAS:

André
Nome: André Luís Amorim
CPF: 128.595.798-93

Fabiana
Nome: FABIANA FERREIRA DOS SANTOS
CPF: 170.520.818-57